

Governo estuda dedução da CPMF no Imposto de Renda

Pedro Malan admite possibilidade em debate na Câmara dos Deputados

Parlamentares aliados e da oposição cobram do ministro redução dos juros

O Governo estuda a possibilidade de autorizar as pessoas físicas a deduzirem do Imposto de Renda a pagar, o aumento de 0,18 ponto percentual na CPMF, que vigorará no próximo ano, se a medida for aprovada no Congresso. Segundo o ministro da Fazenda, Pedro Malan, que admitiu a medida durante debate na Câmara dos Deputados, a dedução só não será autorizada se o impacto disso for muito significativo no total do pacote fiscal, que terá de gerar uma economia de R\$ 28 bilhões, entre cortes de gastos e aumento de receitas.

O ministro debateu, por mais de seis horas, com os deputados, o Programa de Estabilização Fiscal (PEF). A dedução do aumento da CPMF foi sugerida pelo líder do PFL, Inocêncio de Oliveira (PE), para dar às pessoas físicas benefício semelhante ao que está sendo dado às empresas, no caso do aumento da Cofins. "A possibilidade de dedução está sendo avaliada e não havendo problemas legais poderá ser adotada, desde que não altere o valor do ajuste", disse o ministro.

Deputados aliados do Governo e oposicionistas cobraram do ministro uma redução rápida dos juros.



PEDRO Malan: "Qualquer tentativa de baixar juros por decreto estará fadada ao fracasso"

Malan reconheceu que as taxas de juros "estão insustentáveis", mas disse que elas não poderão ser reduzidas sem que o Governo tenha sucesso na aprovação do pacote fiscal. Segundo o ministro, os juros cairão de forma expressiva quanto mais rápido o pacote fiscal produza os efeitos esperados.

"Nós vamos baixar os juros. Temos de fazê-lo, mas terá que ser com uma ação responsável. Qualquer tentativa de baixar os juros por decreto estará fadada ao fracasso", disse o ministro diante das cobranças neste sentido de Inocêncio de Oliveira e do líder do PSDB, na Câmara, Aécio Neves (MG), além dos parlamentares de oposição.

Malan também enfrentou cobranças sobre o uso de parte da receita da CPMF para cobrir déficits do Governo, desvirtuando os objetivos da criação daquela contribuição, que prevê a exclusividade do uso dos recursos para a área de saúde. Malan reclamou que três quartos das despesas do Governo não podem ser alteradas, por se tratarem de gastos com pessoal e com a Previdência e de repasses a estados e municípios determinados pela Constituição. Segundo ele, cabe ao Congresso dar condições ao Governo de reduzir as despesas ou criar os impostos para fazer frente ao déficit.

Malan contou com a ajuda

do presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP) para reduzir o impacto da pressão dos parlamentares oposicionistas. Os parlamentares de oposição foram os primeiros a se inscrever para fazer perguntas ao ministro e do total de 53 inscritos, nada menos que 37 eram de oposição, que fariam perguntas um após outro. Temer permitiu que cerca de 15 deles fizessem os questionamentos e interrompeu a lista dos inscritos para abrir espaço para os líderes dos partidos fazerem perguntas, quando Malan passou então a receber elogios.